



**REESCRITA DE TEMPOS IDOS *ou* A PROPÓSITO DE UM
INTELLECTUAL INCANSÁVEL**

**REWRITE OF TIMES GONE BY *or* A INTELLECTUAL
TIRELESS PURPOSE**

André Carlos Furtado*
Universidade Federal Fluminense – UFF
afurtado@id.uff.br

Ao apresentar a estrutura dos originais de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), resultante nos **Capítulos de História do Império**, publicado pela Companhia das Letras, o historiador Fernando Novais afirmou, em *Nota introdutória*, que as cerca de 150 páginas datilografadas – e agora impressas – correspondem ao início do aprimoramento do sétimo volume da coleção **História Geral da Civilização Brasileira** (HGCB) e quinto do tomo sobre o período imperial. Embora integrante da referida coletânea, o livro em questão, intitulado **Do Império à República**, foi escrito inteiramente pelo paulista e publicado em 1972, quando Buarque de Holanda deixou a coordenação do empreendimento editorial da Difusão Europeia do Livro (Difel), no qual esteve à frente desde fins da década de 1950 e com publicações a partir de 1960.

Contudo, devido ao falecimento do autor, em abril de 1982, o texto que segue resenhado não alcançou forma acabada. Possuía numeração confusa, problemas de datilografia, sequência, repetições e faltava, inclusive, indicações precisas da cronologia de feita, pois já tinha decorrido uma década da edição do sétimo volume da HGCB. E

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, sob a orientação da professora Dra. Giselle Martins Venancio.

assim seguiu preservado no espólio de Sérgio Buarque, até ser resgatado para publicação, em 2010, e revelar uma escrita cujas referências iniciais reportam aos antecedentes do dia 7 de setembro de 1822 e a circulação de ideias para instauração de um governo federal no país, à moda da antiga América Inglesa.



•
Sérgio Buarque
de Holanda

•
*Capítulos de
história
do Império*



Nesta obra inconclusa, o paulista reconstituiu uma série de configurações históricas que lhe permitiram afirmar ser esse ideário também parte das contendas políticas entre províncias como Bahia e Pernambuco, em disputa com a hegemonia da capital, à época sediada no Rio de Janeiro. Ao lançar mão de fontes como: documentos diplomáticos, correspondência, discursos parlamentares, imprensa, memórias, biografias e, salvaguardado pela crítica da fonte, inclusive, boatos que surgiram na Corte, Buarque de Holanda escreveu sobre a convocação das Constituintes e

os motivos que levaram D. Pedro I a dissolvê-las, somados à falta de reconhecimento internacional da Independência do Brasil naqueles anos.

Por meio de agitações político-sociais para referenciar o clima de tensões entre reinóis e filhos da terra, o então professor aposentado da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) conferiu destaque à Inconfidência Mineira (1789), que não entendia como simples conspiração de letrados, e à Conjuração Baiana (1798). Estas escolhas eram ilustrativas das discussões históricas em curso, bem como também fomentadas na coleção HGCB, a respeito da autonomia

política nacional alcançada no século XIX, como um dos resultados do processo de desmantelamento do *Ancien Régime*.

A partir daí – e amparado por grande habilidade de escrita, adquirida por intermédio das inúmeras experiências profissionais e acadêmicas (colaborador em periódicos, crítico literário, historiador etc.) –, Buarque de Holanda passou a recompor os conflitos domésticos, a exemplo dos embates entre os moradores de Olinda e Recife. Apesar disso, ressaltou a necessidade de amenizar a existência de um vínculo direto entre os acontecimentos insurrecionais e o grito do Ipiranga, como a historiografia daquela contemporaneidade praticava de forma recorrente.

Nos capítulos seguintes, saltou para 1848 e às discussões governamentais a propósito da composição do gabinete ministerial daquele ano, num gesto que, por si só, explicita o estágio de incompletude das páginas de “aprimoramento”. Feito isso, adentrou na análise da personalidade de D. Pedro II, entendido como um monarca que “tratou de dissipar desentendimentos ainda em vida, chamando a si os seus maiores detratores, com o risco, a que não escapou, de se ver tachado de corruptor de consciências”.¹ Segundo essa interpretação, a pecha bem servia ao soberano, uma vez que as interferências de Sua Majestade chegavam às raias da minúcia e nem sempre eram estimáveis ao bom andamento dos negócios públicos do Império, como era o caso da morosidade nas resoluções sobre o Sufrágio e a Abolição.

Outro momento chave na escrita de Sérgio Buarque foi quando se referiu à queda do gabinete Góis e Vasconcelos, em julho de 1868, e à ascensão do Visconde de Itaboraí na pasta ministerial. Fatores sintomáticos da crise monárquica, como apontavam outras produções intelectuais do período. Mas a inovação do historiador paulista estava em apresentar alguns acontecimentos acessados via relatos de observadores estrangeiros, que, no calor daquelas horas, teriam assumido a responsabilidade pela mudança de conselheiros. Dentre tais arroubos se encontrava o de James Watson Webb, então general e plenipotenciário dos Estados Unidos, pois em seus registros pessoais e despachos endereçados ao Departamento de Estado Norte-americano (Washington) afirmava ser a razão do transtorno político.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. NOVAIS, Fernando. (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 121.

No entendimento de Webb, a crise instalada entre São Cristóvão e a Casa Branca teria iniciado porque militares brasileiros, da campanha do Paraguai, impediram uma embarcação de seguir viagem, até Assunção, para resgatar um diplomata americano. A causa do problema seria, portanto, resultado de sua insistência junto ao gabinete Góis e Vasconcelos, cujo declínio teria deitado água abaixo os entendimentos já acertados para encaminhar o assunto, além de acreditar que o novo governo não seria sensível ao reclame.

Todavia, para Buarque de Holanda, o entrave da questão era explicável pelo contratempo que a embarcação poderia causar às estratégias em curso para a conquista de Humaitá, na época fortaleza fluvial decisiva para a vitória da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) sobre as forças paraguaias sob comando de Solano López. Por tratar a questão desta forma, o autor deixou transparecer a maneira cuidadosa com que escrutou suas fontes, *modus operandi* por certo indicativo das trocas intelectuais mantidas com a historiografia alemã e francesa, que acompanharam parcela significativa de sua formação nas lides do ofício historiográfico. Por isso, a análise do paulista sobre a documentação vinculada a James Webb serve como lição de análise histórica cautelosa, porque não ignorou nem realçou indevidamente o episódio atrelado ao representante estadunidense.

Nesta altura do escrito e em meio às comparações tecidas entre os reinos brasileiro, francês e inglês, é possível vislumbrar a tese central de Sérgio Buarque, presente já em **Do Império à República**. Trata-se de uma preposição assentada na ideia de que a constituição de um núcleo de poder, “apto a garantir aquele mínimo de continuidade na ação administrativa, esgrimida por alguns nostálgicos como a virtude indelével das monarquias, foi sempre de extrema deficiência no Império do Brasil”.² Com esta frase o historiador sintetizou a problemática do período, somado ao esforço de sinalizar ao longo do texto as imperfeições do Poder Moderador, que se apresentava como estorvo antiquado frente à necessidade de modernização política, mas largamente utilizado por D. Pedro II.

A organização do impresso, por Fernando Novais, em três partes, fiel à materialidade dos originais, também merece destaque em razão dos reveladores indícios

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. NOVAIS, Fernando. (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 159.

que fornece a respeito da historicidade de produção desta obra póstuma. Isso porque, além da ausência de claras continuidades a evidenciar a parcialidade do trabalho, nem todos os capítulos que o compõem possuem título, como o primeiro e o segundo da Parte III. Estes aspectos, junto à desproporcionalidade das seções, com quatro, um e dois capítulos, podem ser vistos como indicativos das grandiosas intenções guardadas para o desfecho do livro. Tal dedução é plausível quando se considera a estrutura final de **Do Império à República**, constituída de cinco divisões com quatro capítulos cada, exceto a segunda, que possui três. Afora esta questão, há o fato de as laudas ora publicadas serem traços das estratégias de escritura de Sérgio Buarque, nas décadas de 1970 e 1980, para “melhorar” o sétimo volume da coleção HGCB.

Logo, semelhante às reflexões de 1972 – e mesmo para “aperfeiçoá-las” –, ao adentrar na avaliação orçamentária e administrativa do Império, o autor afirmou que a média de um gabinete por ano revelava a instabilidade do regime e era manifesto de forma mais notável nas províncias. Sobre estas últimas, as constatações a que chegou o historiador demonstraram que só as do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul puderam dispensar com frequência o auxílio dos cofres gerais para sanar dificuldades financeiras. Em sua análise essas adversidades apareciam como obstáculos ao governo dos presidentes das diversas regiões do Brasil, inclusive, para se manterem no cargo. E, como se não bastasse, eram motivadas não só por atos de prevaricação, mas até mesmo por gastos realizados no âmbito de disputas vaidosas, como construções de teatros para competir em tamanho e luxo com o da província vizinha.

Cabe salientar ainda que estas informações, embora com ligeira mudança de forma, em essência repetem parágrafos inteiros de capítulos anteriores, em especial o denominado “A crise do regime”, da Parte II. Apesar disso e da ressalva a este respeito presente na *Nota introdutória*, a referida circunstância não recebe qualquer indicação. O próprio capítulo que revisita tais dados (o primeiro da Parte III) é interrompido no meio de uma citação. Mesmo assim não há intervenção editorial explicativa que, em realidade, surge apenas uma vez em toda a publicação, quando aparece o seguinte dizer no corpo do texto: “[Aqui, o manuscrito é interrompido por duas páginas]”.³ Sua presença solitária é estranha quando o impresso requeria, no mínimo, meia dúzia a mais

³ NOVAIS, Fernando. Nota introdutória. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. NOVAIS, Fernando. (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 196.

de explicações, para elucidar ao menos as mudanças realizadas por Buarque de Holanda nos originais datilografados, em consideração às palavras que aparecem sublinhadas no texto publicado.

No que concerne às discussões estabelecidas pelo historiador paulista com as produções acadêmicas mais ou menos coetâneas à feitura desses **Capítulos**, suas notas referenciam um diálogo com autores como Fernando Henrique Cardoso e Maria de Lourdes Janotti, além dos estrangeiros Michael Wallace e Leslie Bethell. A tudo isso se acrescenta a representativa decisão editorial responsável pela feitura de uma cronologia ao final do livro, que privilegia questões acadêmico-profissionais da vida do autor (à exceção de 1978, pois se destaca sua participação na fundação do Centro Brasil Democrático – CEBRADE), e da reprodução de algumas imagens no meio do impresso. Dentre estas últimas, encontram-se, por exemplo, páginas de jornais oitocentistas e uma carta de Sérgio Buarque de Holanda endereçada ao historiador amazonense Artur César Ferreira Reis, quando das colaborações deste à coleção HGCB.

É também aí que se visualiza uma cópia da missiva de Nelson Werneck Sodré (historiador e militar cassado pela Ditadura brasileira, especialmente em virtude de sua simpatia às ideias comunistas), na qual agradece o envio do recém-publicado **Do Império à República**. Seu teor contém ainda sinalização de uma divergência com Buarque de Holanda acerca da interpretação da “fronda pretoriana”, que referencia o poder das Forças Armadas nos primórdios da República. Datada de 25 de novembro de 1972, a presença da carta de Sodré salta aos olhos, pois embora Sérgio Buarque fosse visto como esquerdista pelo regime autoritário nas décadas de 1970 e 1980, não foi um intelectual a que se possa chamar militante. Sobretudo sua prática historiográfica nunca se coadunou com leituras marxistas do passado, mesmo nestes **Capítulos** ou em suas colaborações na HGCB, apesar de dialogar com Karl Marx e seus pares.

Vicissitudes editoriais e biográficas à parte, Buarque de Holanda tratou, por fim, da última troca de gabinete ministerial, orquestrada em 1889. Na ocasião o Visconde de Ouro Preto foi chamado a São Cristóvão, por D. Pedro II, para assumir o cargo, após a recusa de José Antônio Saraiva, mais tarde convertido em Senador da República. Contudo, para o historiador, o Império já “ia ressecando com escassas

possibilidades de ganhar vida nova”.⁴ E apesar desta frase não representar, necessariamente, o final do livro, é neste estágio que as 150 páginas dos originais se encontravam no espólio do paulista, de modo a levar Evaldo Cabral de Mello a espriar o “aprimoramento” para além da obra **Do Império à República**.

Assim, o historiador pernambucano afirmou, no *Posfácio*, que o trabalho se destaca frente à historiografia que lhe foi contemporânea, porque de cunho analítico e crítico do funcionamento da política imperial. Ato contínuo caracterizou as laudas datilografadas como um esforço lapidar do autor, desgostoso com o tratamento superficial, por vezes, conferido às questões do Brasil monárquico pelos colaboradores da coleção HGCB.

Seja como for, ao término da leitura o pensamento que vem à mente não poderia ser outro: a produção intelectual de Sérgio Buarque de Holanda continua a contribuir com a historiografia brasileira e a dar mostras eloquentes de sua originalidade. Mesmo incompleto, o escrito do paulista não deixa de ser convidativo e instigador de inúmeras reflexões àqueles que entrarem em contato com suas páginas. E apesar de sua obra já contar com considerável discussão acadêmica, existe um longo caminho a ser trilhado em termos de pesquisa e análise histórica de seus textos, pois carecem de estudos atilados e porque, aqui e acolá, há revelações de novas preciosidades, como estes inacabados **Capítulos de História do Império**.

RESENHA RECEBIDA EM OUTUBRO DE 2013.

PUBLICADA EM JUNHO DE 2014.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. NOVAIS, Fernando. (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 208.